

Modo de vida camponês e políticas públicas no assentamento Riozinho – Carauari-Am

Model of peasant lives and public policies in riozinho seating Carauari-Am

Sanaê Ferreira de Souza¹

sanae.ferreiragen2@gmail.com

Kleten Kelle Lima de Oliveira²

kleten.oliveira@gmail.com

Manuel de Jesus Masulo da Cruz³

masulo@bol.com.br

Resumo:

O presente trabalho propôs compreender o modo de vida dos camponeses e como as políticas públicas exercem suas funções no Assentamento Riozinho, sob os aspectos econômicos e sociais. A pesquisa analisa os mecanismos do projeto implantado no Assentamento Riozinho pelo INCRA, com objetivo de compreender o modo de vida dos camponeses, como eles se reproduzem por meio de sua produção e os fatores que estão ligados a reforma agrária no assentamento. Foram realizados trabalhos de campo, entrevistas com os moradores, observações e leituras bibliográficas. O projeto desenvolvido pelas ações operacionais do governo apresenta a falta de continuidade de infraestrutura nas estradas o que resulta em dificuldade no transporte para escoar a produção dos camponeses e, sobretudo, no que se refere ao saneamento básico. A política de reforma agrária deve reconhecer os projetos implantados no assentamento e principalmente, nos recadastramentos dos títulos de terras. A maioria das famílias que moram no assentamento não possui o título definitivo da terra.

Palavras-chave: Assentamento, produção camponesa, políticas públicas.

Abstract:

This paper aims to present on the way of life of peasants and how public policies are exercising their functions in the organization of peasant production in the Riozinho Settlement, under the economic and social aspects. The research analyzes the mechanisms of the project implemented in the Riozinho Settlement by the INCRA, in order to understand the processes that are occurring on the part of the public policies, however, these factors with regard to the agrarian reform that is established in the field differ from the way of The problem of environmental management of projects. Fieldwork, interviews with residents, observations and bibliographical readings were carried out. The

¹ Graduanda do curso de Bacharelado em Geografia – Universidade Federal do Amazonas.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas.

project developed by the government's operational actions in which it shows the lack of continuity of infrastructure on the roads, which results in difficulty in transporting to transport the production of peasants and especially in relation to basic sanitation. The agrarian reform policy must recognize the projects implemented in the settlement and especially in the re-registration of land titles. Most of the families living in the settlement do not have the definitive land title.

Key words: Settlement, peasant production, public policies.

Introdução

O Assentamento Riozinho criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), está localizado na área rural do município de Carauari (AM) à margem esquerda do Rio Juruá. Os camponeses que moram no assentamento sempre se mantiveram em uma organização social de trabalho que se caracteriza pelas necessidades de consumo da unidade familiar e para a comercialização. Dessa forma a produção camponesa está baseada na venda dos produtos, resultante do trabalho familiar e principalmente da força de trabalho adquirida com suas especialidades. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva entender o modo de vida dos camponeses, como eles se reproduzem por meio de sua produção e os fatores que estão ligados a reforma agrária no assentamento.

Com a criação do Assentamento Riozinho, no município de Carauari-AM, alguns camponeses passaram a residir no mesmo, com intuito de poder trabalhar no cultivo da mandioca, abacaxi, açaí, dentre outros, que servem como estratégias econômicas para se obter renda, por meio da venda de parte dessa produção. A afinidade com a terra sempre foi umas das principais experiências de trabalho do camponês, que possibilita o trabalho no cultivo, o qual representa meios para sustentar a unidade familiar, e outra parte de sua produção são comercializadas junto aos atravessadores, que se apropriam da renda da terra camponesa por meio dos produtos vendidos pelos mesmos. O transporte dos produtos do P.A (Projeto de Assentamento) até a cidade de Carauari é de 8 km de distância, portanto no decorrer do percurso, é notável encontrar trechos da estrada em completo abandono, o que dificulta o transporte dos produtos até as feiras da cidade, no entanto, isso não impede

que os camponeses deixem de produzir para comercializar, pois eles precisam obter renda e satisfazer suas necessidades básicas fundamentais.

A instituição que atua no Assentamento e é responsável pela fiscalização, regularização e entrega do título da terra é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No caso do Assentamento Riozinho observou-se que os camponeses, na sua maioria, não possuem o título definitivo da terra. Na figura 1 abaixo Localização do projeto de Assentamento Riozinho no município de Carauari-Am.

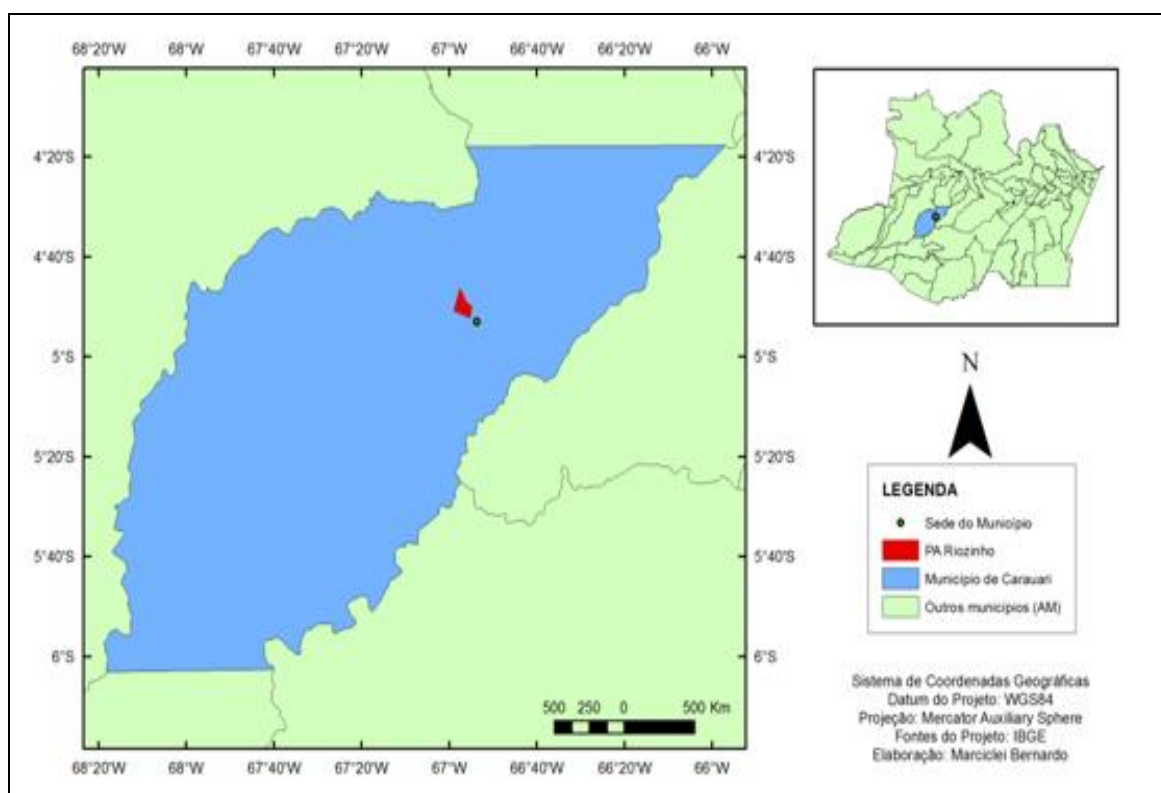


Figura- 1: Localização do projeto de Assentamento Riozinho no município de Carauari-Am. Fonte: Silva (2014).

Desde a criação do assentamento os camponeses estão lutando para conseguir o título definitivo, sendo que a terra foi conquistada¹ com a finalidade de ser trabalhada, portanto o trabalho, como foi ressaltado nas entrevistas, é bastante relevante para esses camponeses. Outra instituição que atua no

¹Ainda hoje podem ser observadas ao processo de ocupação com intensa devastação das florestas e aldeamentos dos índios (SOUZA, 2008, s.p).

assentamento é o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), que facilita a produção com assistência técnica (sementes e equipamentos), que tem contribuído significativamente para a permanência da unidade de produção familiar no Assentamento. O modo de produção que se organiza no assentamento resulta nas atividades do cotidiano que se tem na unidade familiar.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o entendimento do sistema produtivo da unidade de produção da família camponesa, foram realizadas pesquisas de campo, para conhecer os meios de produção dos camponeses, através de suas especificidades que estão intimamente ligadas ao uso da terra. Para melhor compreensão sobre as relações de produções do camponês, utilizou-se o conceito de modo de produção de Marx e Engels como se destaca a seguir:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único modo de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. (MARX e ENGELS, 1998, p.11).

Desse modo, procurou-se conhecer o modo de produção do camponês, no qual os sujeitos possuem uma economia baseada nos recursos naturais, que ora servem para seu próprio consumo ora para a comercialização, no qual inclui os processos (produção- distribuição- circulação- consumo), pois são elementos da mercadoria que compõe a continuidade do modo de produção do camponês que se resume na sua força de trabalho. Conforme Santos (1978, p.34), “cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica de trabalho”.

É importante ressaltar que as informações sobre o modo de vida do camponês foram obtidas com realizações de entrevistas. Foram utilizadas câmeras fotográficas mediante a autorização dos entrevistados, cadernos de campo como elemento essencial da pesquisa, no qual permitia as anotações

das observações e das conversas informais. A maioria das entrevistas foi realizada nas residências dos camponeses, casas de farinha e raramente nas áreas de roçados. Procurou-se observar as especificidades cotidianas no modo de produção no Assentamento. Portanto, para compreender melhor sobre relações de produções na agricultura sob o modo capitalista utilizou-se Oliveira (2007), o qual destaca:

O modo capitalista de produção não está circunscrito apenas a produção imediata, mas também a circulação de mercadoria, portanto, inclui também a troca de mercadoria por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadoria. Segundo Martins, esse processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadoria no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais- valia. (OLIVEIRA, 2007, p.20).

O modo capitalista de produção está relacionado à circulação da mercadoria e não exclusivamente a produção imediata para o capital. Mas na essência do modo capitalista de produção está restrito a mais valia, que resulta na força de trabalho que o camponês adquire pela quantidade de trabalho necessário, certo que a força de trabalho do camponês não limita de modo algum a quantidade de trabalho na produção da mercadoria como afirma Marx (1982, p.163), “a quantidade de trabalho necessário para produzir uma mercadoria varia constantemente, ao variarem as forças produtivas do trabalho aplicado”. Os camponeses do Assentamento Riozinho possuem uma organização social de trabalho que são estabelecidos pelas forças produtivas de cada camponês que está inserido ao ciclo da produtividade, para o entendimento das formas de economia do camponês usou-se Shanin (1980, p. 46) “tem dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle próprios dos meios de produção”. Para os camponeses se reproduzirem no seu modo de vida, utiliza as suas formas de produção, como base para sua economia, que tem por finalidade vender sua produção ao capital, pois é através das relações de trabalho não capitalista, que o capital se apropria da força de trabalho do camponês, para as relações não capitalistas enfatiza Oliveira.

A utilização dessas relações de trabalho não- capitalistas poupa ao capitalista investimento em mão- de- obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses,

que converte em dinheiro. Este processo nada mais é do que o de produção do capital, feito através de relações não capitalistas. (OLIVEIRA,2001, p.18).

As relações de produção não capitalista no campo, mais precisamente no assentamento Riozinho se estabelece a partir da renda da terra, no qual os camponeses trabalhavam nos cultivos, para desse modo adquirir renda. No entanto, o capital se apropria dessas formas não capitalistas que é mantido através da renda da terra. Portanto as relações de produção juntamente com a propriedade da terra, no qual se refere à unidade espacial de cultivos dos moradores do assentamento, possuem relações de poder, pois para os camponeses a propriedade é determinada pelo uso da terra, que para eles é um bem de todos os membros da família, nesse sentido argumenta Raffestin (1993, p.230) “As relações de produção e de propriedade interagem e constituem um sistema de relações de poder. É um problema que se encontra no centro de todas as reformas agrárias mas que nenhuma delas resolveu”.

A luta pela terra é uma disputa para os camponeses, principalmente com a grande concentração de terras pelos latifundiários, tornando-se um problema agrário, para Martins (1997, p. 25) “o nosso problema agrária está aí: uma área enorme de terra subutilizada ou não utilizada, em boa parte emprega de modo impróprio ou especulativo, sobretudo como reserva de valor”. A luta pela terra, sempre foi levada em consideração pela reforma agrária o que torna uma questão agrária, no qual os camponeses lutam pelo direito da terra, no domínio de poder construir uma organização de atividade produtiva, para assim cultivar e comercializar, porém ainda a problemas a serem enfrentados com a grande concentração de terras e ao mesmo tempo terras improdutivas como reserva de valor, no entanto para Martins (2000, p. 99), “a questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada ao capital”, mesmo com os bloqueios da propriedade da terra e com as reformas políticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As políticas públicas voltada para Assentamento Riozinho, como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), executam serviços de assistência técnicas aos camponeses do assentamento, que se sobressaem na comercialização dos

Modo de vida camponês e políticas públicas no assentamento Riozinho – Carauari-Am
seus produtos (farinha de mandioca, banana, cupuaçu e açaí) que logo são vendidos nas feiras da cidade de Carauari-AM.

RESULTADO E DISCUSSÕES

Projeto de Assentamento

A criação do projeto Assentamento Riozinho foi estabelecido por meio das diretrizes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que disponibilizou o acesso à terra aos assentados, para desse modo desenvolver o modo de produção. Com a implantação de projetos de reforma agrária, o INCRA conseguiu do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) uma licença previa para o assentamento. Com essa perspectiva incluindo o Estado que tem por objetivo atender aos princípios sociais e da função social da propriedade, dessa forma tentando diminuir os números de latifundiários, porém muitos camponeses ainda lutam pelo acesso de permanência a terra, como afirma Martins:

Trata-se portanto, num país que tem vastas extensões de terras subutilizadas em mãos de proprietários particulares, de criar um meio artificial de forçar quem não tem terra a servir quem a tem. Só que nos dias atuais, com as modernas tecnologias, quem tem já não precisa do trabalho de quem não tem ou, ao menos, não precisa de toda a força de trabalho de quem não tem. (MARTINS, 1997, p.17).

A maioria dos camponeses que moram no Assentamento Riozinho não possui propriedade fundiária própria, no entanto existem situações de disputa judicial em áreas reclamadas por terceiros. Desde a criação do Assentamento os camponeses lutam pelo título definitivo da terra, por meio do Programa Terra legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para dessa forma construir o domínio do seu próprio território, pois como afirma Raffestin.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qual quer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Desse modo, os camponeses ainda tentam conseguir o título da terra, por mais que já estejam territorializados, pois para os moradores o espaço se fundamenta nas atividades que são resultantes do seu modo vida, no qual

utilizam suas forças de trabalho por meio do uso da terra, portanto as principais atividades desenvolvidas pelos camponeses são voltadas para o cultivo da mandioca e o plantio da banana, açaí, laranja, cupuaçu, dentre outros. Desde a implantação do Assentamento Riozinho, as políticas públicas, como as realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), beneficiam os camponeses na assistência técnicas, viabilizando as atividades econômicas exercidas pelas famílias.

Os camponeses se constituem a partir de suas experiências adquiridas ao longo de sua vida como camponês, pois através da sua organização social de trabalho, que os permite está associado em conjunto, certo que a produção camponesa sempre se diferencia do modo de produção capitalista. Com o estilo de vida que camponês é caracterizado, como sujeito que mora tanto em assentamento, como em comunidades rurais na Amazônia, possuem uma identidade cultural, por meio da dependência dos recursos naturais, que faz com que se diferenciem dos sujeitos que são dependentes dos bens de serviços.

A criação do Assentamento Riozinho é significativa para o reconhecimento da reforma agrária, porém em alguns lugares, ainda há reivindicações pela terra e pela reforma agrária, às políticas públicas voltadas para o campo, tem como principais metas estabelecerem a regularização fundiária, que ao decorrer das reivindicações de terra pelos camponeses. Por isso Oliveira enfatiza que:

A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas como pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra. (OLIVEIRA, 2007, p.67).

O movimento dos trabalhadores Sem Terra (MTS) luta para formalizar a reforma agrária e ao mesmo tempo enfrentam problemas com os latifundiários. No caso do assentamento Riozinho, ainda existe a luta pela terra

entre camponeses e latifundiários. A reforma agrária sempre teve por necessidade a solução da questão agrária, pois a questão se transforma em um impasse político, pelo qual bloqueia os processos políticos, pois para Martins (1997, p. 51) “a questão agrária justamente por ser uma questão política, está entre aquelas reformas cuja definição depende da conjuntura histórica e das alianças políticas e da estrutura do Estado que dessa conjuntura decorrem”. Sendo que o movimento dos trabalhadores é ao mesmo tempo um grande movimento de modernização e ressocialização dos camponeses que vivem no campo, como ressalta Martins (1997,p. 60) “o movimento mostra um lado, que é seu pior lado do ponto de vista político, e não mostra esse lado, que é o lado da promessa, exatamente o lado da coisa que se resolve, que tem solução”, a luta pela terra não se pode limitar especificamente, a luta pelo direito da terra, mais sim ao acesso à terra, para desse modo garantir as condições da produção de trabalho, as formas pelo qual o camponês se sobressai nas suas atividades. Nesse sentido argumenta Martins.

Não existe a questão da reforma agrária, existe a questão agrária. A reforma agrária é uma possibilidade de solução para a questão agrária. A questão agrária é o problema e reforma agrária é a solução do problema. Há diferentes modalidades de reforma agrária que poderiam se respostas à questão agrária. É preciso ver, primeiro, o que é a questão agrária no Brasil, para depois ver quais são as propostas de solução que lhe estão sendo oferecidas. (MARTINS, 1997, p.12).

Desde modo, para se compreender quais os problemas que se tem em relação a questão agrária é necessário entender as propostas das políticas públicas responsáveis pelo desenvolvimento dos assentamentos, no qual alguns ainda precisam de regularização fundiária, que por finalidade integra assentamento irregulares. Como enfatiza Martins, (1997, p.101) “o tempo da questão agrária é o tempo longo dos bloqueios, dificuldades e possibilidades a que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural”. Os entraves de iniciativas das políticas públicas nos projetos de assentamento (PA) sempre foram de forma esporadicamente, mesmo assim o assentamento Riozinho, é o resultado da regularização fundiária, assinado em 2003, mesmo como a regularização, o assentamento não teve mais reformas, devido à falta de fiscalização, no qual facilita a apropriação de terras por alguns latifundiários, e diante disso os camponeses reivindicam o título da terra. O Instituto Nacional

de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do meio Ambiente (MMA), no qual se compromete em regularizar a questão ambiental. O assentamento resulta das lutas e reivindicações dos camponeses sem terra, para as construções de moradia. Para formar assim, uma organização social de produção, com objetivo de integrar camponeses ao desenvolvimento dos cultivos para a comercialização e a criação de animais. O trabalho com a terra foi bastante relatado nas entrevistas. Pois para eles revela a preocupação em demonstrar que são trabalhadores, que a terra é utilizada em primeiro lugar para ser cultivada e apropriar-se dos bens de produção que ela oferece, de acordo com Oliveira:

Dessa forma, a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois deriva dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articuladas de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Nesse sentido, a produção camponesa está associada à força de trabalho, pois como afirma Oliveira (2001, p. 55) o “elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é *força de trabalho familiar*. Esta é o motor do processo de trabalho na produção camponesa”. Desta forma o que sustenta o modo de produção são as forças de trabalho que resulta nas exigências de satisfazer a necessidade da família, uma parte da produção camponesa é destinado a comercialização que logo possui um valor, pois como enfatiza Marx (1982, p. 159), “ a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor”, no entanto a outra para seu consumo, a maioria dos camponeses do Assentamento Riozinho possuem roças de mandiocas, no qual resulta na fabricação de farinha e outros derivados da mandioca. Abaixo a figura 2, Casa de farinha familiar no Assentamento PA Riozinho. A construção teve apoio do governo do Estado (SEPROR) para a compra de equipamento utilizado, em parceria com a prefeitura municipal de Carauari.



Figura-2: Casa de farinha familiar no Assentamento PA Riozinho. Fonte: Silva(2013).

Com a criação da casa de farinha, facilitou ainda mais os meios de produção, embora a maioria dos camponeses relate ter casas de farinha particulares. Muitos dos camponeses cultivam a mandioca no assentamento, que se destina grande parte para a fabricação de farinha, separando uma pequena parte para o consumo próprio e o outro para ser comercializada nas feiras da cidade de Carauari, conforme afirma Santos.

Pois, se a família camponesa não apresenta um rendimento monetário para cobrir se quer o valor de sua força de trabalho, na verdade está havendo uma transferência de sobre trabalho para o conjunto do sistema produtivo e uma contribuição à acumulação capitalista. (SANTOS, 1978, p. 66).

Pois para o camponês, uma quantidade de produto trabalhado tem por finalidade ser comercializado e gerar renda, nesse sentido o camponês converte seu trabalho em bens de serviço.

Modo de vida e produção no Assentamento Riozinho

Compreender o modo de vida do camponês do assentamento inclui diversas formas do modo de produção principalmente como se reproduz a atividade camponesa. No entanto, é a partir dessa peculiaridade que se tem o entendimento do modo de vida camponês, pois está ligada a uma organização social de trabalho. As atividades relacionadas aos sistemas de cultivo, extrativismo, dentre outros, são atividades essenciais para sua existência, como afirma Oliveira.

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Pois é dessa forma que o camponês se reproduz na sua unidade familiar, estabelecendo constantemente relações no seu meio para suprir suas necessidades. Um dos aspectos observados foi à falta de incentivos governamentais, no entanto, mesmo com a falta desses incentivos os sujeitos através das reivindicações, conseguem se inserir por meio de outra forma, ou seja, por meio de associações, há reuniões a cada dois meses. No entanto, a maioria das famílias do Assentamento Riozinho necessitam de assistência técnica vinculadas aos poderes estatais. Os camponeses ainda lutam por reforma na escola, assim como uma merenda escolar de boa qualidade. Algumas famílias entrevistadas usam o principal método de adquirir água que são os poços que facilita o abastecimento. Outras dificuldades como, a falta de infraestrutura no transporte, educação e insegurança alimentar, cabe considerar as iniciativas das políticas públicas do INCRA direcionada para o Assentamento, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no qual gera renda para os assentados da reforma agrária, temos também o Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), e dentre outras políticas voltada para o campo. Abaixo a figura 3, a Escola Municipal Antônio Diamantino de Oliveira, localizada no Assentamento Riozinho. Construída desde o ano de 2003.



Figura-3: A Escola Municipal Antônio Diamantino de Oliveira. **Fonte:** Silva (2013).

No entanto com as criações de projetos de assentamentos específicos, poucos são os que recebem apoios governamentais. Com a criação do Assentamento Riozinho em 2003, as políticas públicas como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado Amazonas (IDAM), criaram projetos de cultivo e incentivaram as famílias a trabalhar no plantio da laranja, açaí, coco, café, cupuaçu, abacaxi dentre outros, alguns cultivos prevaleceram até hoje, como o cafezeiro, açazeiro e o abacaxizeiro, porém, desde a implantação desses projetos as famílias camponesas não tiveram mais incentivos de novos projetos, o que ainda acontece é assistência técnica, isso quando o próprio camponês comparece na unidade do IDAM, que geralmente solicita ajuda quando há algum problema na produção.

Os camponeses sempre procuram estratégias econômicas para sua subsistência, pois é trabalhando com o cultivo que pode comprar aquilo que ele não produz, por meio da renda obtida com a venda dos seus produtos. Os sujeitos sempre tendem a se reproduzir como camponês, desse modo conquistando mudanças sociais no seu modo de vida, que possam garantir melhorias de condições de vida, a principal base econômica dos sujeitos sociais está baseada no plantio da mandioca e da laranjeira, embora as famílias possam esta constituída por uma série de relações sociais, composta por várias unidades de trabalho, seja na pesca, coleta, no extrativismo do açaí que ora serve para suprir suas necessidades e ora para venda. Shanin (1980; 64) “A economia camponesa é abordada como uma subcategoria de um gênero mais amplo de modo de produção de pequenos produtores de mercadoria”. Abaixo o mosaico contendo as figuras 4 e 5, apresentando a esquerda Cultivo do abacaxizeiro no Assentamento Riozinho, um dos projetos do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM), que beneficia os camponeses na sua produção. Ao lado a direita, o cultivo da mandioca, no qual é produzida a farinha de mandioca que é comercializada nas feiras da cidade de Carauari - AM.



Figura- 4 e 5: Cultivo do abacaxizeiro e mandioca no Assentamento Riozinho. **Fonte:** Silva (2013).

Portanto, a força de trabalho que é utilizada na produção pelos sujeitos do Assentamento Riozinho é de forma independente que logo é vendido para o próprio atravessador e que é transformado em mercadoria, nesse sentido argumenta Oliveira.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D-M-D na sua versão simples, e D-M-D' na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Desse modo, a produção camponesa entendida como a base do capitalismo, constitui uma fonte de renda monetária necessário para obter outras mercadorias. O processo de reprodução da produção camponesa é constante, no qual o camponês repõe seu ciclo da atividade produtiva, recriando a sua existência social, por meio da repetição da força de trabalho que é dada através da renda da terra que mantém a produtividade do camponês na comercialização de suas mercadorias no qual é concebida como a mais-valia na venda do produto final para o consumidor que logo é entendido como circulação de dinheiro e mercadoria, pois a mercadoria nada mais é que valor de troca, para Oliveira.

Assim, a renda da terra é uma fração da mais-valia, ou seja, é, mais precisamente, componente particular e específico da mais-valia. Para Karl Marx, mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária. (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

A terra é entendida como fração suplementar do lucro capitalista, sob as relações baseada no trabalho familiar, pois a propriedade camponesa é representada pela terra que logo se conclui o trabalho no cultivo, porém é na unidade de produção que se concretiza o trabalho familiar, pois o produto trabalhado se determina pela quantidade de trabalho necessário para a reprodução como explícita Marx(1982, p. 159), “o que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista”, os camponeses utilizam sua força de trabalho para se concretizar suas mercadorias que ora serve para seu próprio consumo e ora para comercializar, desse modo o camponês retorna para seu ciclo de produção, entretanto outras formas de se reproduzir como camponês que por finalidade resulta no seu modo de vida, pois o mesmo sempre se reproduz com suas estratégias econômicas. Os rendimentos monetários dos moradores do assentamento não permitem pagar trabalhadores para trabalhar na propriedade, e alguns camponeses não possuem terra própria, mas mesmo não impede que eles deixem de produzir seus alimentos.

A questão da distribuição da terra pela reforma agrária em assentamentos exceto do Riozinho envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. Um dos problemas agrários que são bastante discutidos é a questão da concentração de terra em grandes propriedades privadas. Dados do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA) mostram que no ano de 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para mãos dos grandes proprietários, as grandes propriedades crescem e a improdutividade é grande, no qual o simples fato de ter terra no Brasil, ainda improdutiva, enriquece os seus proprietários, que resulta no problema da questão fundiária, segundo Oliveira, (2001, p. 28) “quando estudamos historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verificamos que desde os primórdios da colonização essa distribuição foi

desigual”, portanto os problemas sociais brasileiros estão centralizados no campo com a estrutura fundiária estabelecida pela concentração de terra. A maior parte das terras referente ao Brasil é ocupada pelos latifundiários, o que resulta na luta pela terra entre os camponeses, que para eles tem um único significado, morar e cultivar, para que possam ter renda e comprar outros produtos que não existe em sua unidade de produção.

CONCLUSÃO

O modo de produção no Assentamento Riozinho se caracteriza pelo trabalho exercido da unidade espacial da produção, no qual os camponeses possuem uma organização social de trabalho específica que ora serve para seu próprio consumo e ora para a comercialização nas feiras da cidade de Carauari (AM). As bases teóricas as quais orientaram o trabalho mostram as relações de trabalho do camponês e o modo de produção, como os camponeses utilizam suas forças de trabalho, para manter o seu modo de vida na produtividade. No entanto, os camponeses lutam para se ter terra própria, para cultivar, colher e comercializar, pois comercializando pode-se ter renda e adquirir outras mercadorias, como mencionado no texto, a renda do camponês é aquilo que lhes foi alcançado com a venda dos seus produtos, que logo se tem em dinheiro, podendo ter a oportunidade de comprar outras mercadorias que lhes é necessário, tanto para o consumo como para melhoria na produção.

Uma das características que mantém o camponês, é que mesmo com as lutas pela terra e quando é expropriado ele existe, persistindo o seu modo de vida, até conseguir terra para se fixar e constituir novamente em sua produção e uma das autarquias do governo federal que os representa nesse processo da luta pela terra, é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem por objetivo promover a reforma agrária, portanto sempre foi um problema para se resolver a questão agrária. O assentamento Riozinho é resultado da reforma agrária pelo INCRA, porém ainda se encontra problemas que ficam dispersos e precisam ser reformados, tanto na escola como nas estradas que se tem acesso do assentamento até a cidade de Carauari. Portanto, as políticas públicas que estão direcionadas para os

Modo de vida camponês e políticas públicas no assentamento Riozinho – Carauari-Am
assentamentos em especial o Riozinho são de fundamental importância na
produtividade, no qual a produção camponesa está intimamente ligada a
economia do mercado das feiras.

REFERÊNCIAS

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST.** In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST.* Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível.** Revista Tempo Social. São Paulo. 2000.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** In: de Jacob Gorender. Tradução Luís Claudio de Castro e Costa. - São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007.

_____. **Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo, editora Contexto, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **“Por uma geografia do poder”.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho.** Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista.** CEBRAP. São Paulo: Brasileira de Ciências, nº. 26, 1980.

SOUSA, M. G. **Revisitando a História: colonização portuguesa e subordinação cultural.** In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2008.

Artigo recebido em 15 de novembro de 2016

Avaliado em 14 de março de 2017

Aceito em 25 de abril de 2017

Publicado em 15 de maio de 2017